

AS REPRESENTAÇÕES ESTUDANTIS ATRAVÉS DA UNE NA DÉCADA DE 1960

Carla Michele Ramos

A década de 1960 representou para o Brasil um período de grande agitação política e de mobilizações de caráter nacionalista. A União Nacional dos Estudantes nesse momento, como organização social, deve ser analisada no âmbito da luta por uma reforma universitária.

Dentre as reformas de base projetadas pelo governo de João Goulart estavam as propostas da UNE, a bandeira levantada por esta entidade estudantil reivindicava mudanças na esfera educacional de nível superior. A postura política adotada pelos estudantes que dirigiam essa organização estava voltada para um ideal reformador, ocupando-se de espaço de representatividade a UNE era para os estudantes um instrumento pelo qual eles dialogavam com o governo.

Antes de 1964 a UNE era uma entidade legalizada, isso oferecia aos estudantes uma maior integração na organização social do país, além disso os gastos com o movimento estudantil eram financiados pelo próprio governo. Nessas circunstâncias o uso do diálogo foi um importante instrumento no processo de reivindicações que se deu entre o governo e o grupo estudantil. Esses fatores foram fundamentais para a UNE aumentar o poder de sua representação, no que diz respeito às lutas sociais que marcaram os anos de 1960.

A reforma universitária proposta pelos estudantes visava melhorias materiais como ampliação e modernização em bibliotecas, restaurantes e nas diversas instalações do campus universitário. Inovações no processo ensino-aprendizagem e no modelo curricular também faziam parte dessa reforma. Além dessas lutas específicas no setor educacional, a UNE deixa transparecer em seus planos de ação, reivindicações que englobavam outros setores sociais, como trabalhadores e camponeses. Vejamos como isso pode ser verificado a partir dos debates realizados no I Seminário de Reforma Universitária em 1961:

As perspectivas do movimento estudantil brasileiro são, pois, francamente favoráveis a uma união de todos pela luta popular que se trava no presente. (...) As batalhas que ainda temos a travar pela Escola Pública, pela Reforma Universitária, pela

consolidação da luta antiimperialista e anticapitalista do povo brasileiro, por uma união operário-estudantil-camponesa cada vez mais efetiva.¹

¹ UNE, Declaração da Bahia, 1961, p. 12-13. In: PELEGRINI, Sandra C. A. *A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997, p. 37.

Usufruindo de legitimidade, como organização social, a UNE nos anos iniciais da década de 1960 passa a realizar diversas campanhas, que acreditava estar direcionadas a conscientizar e mobilizar a população diante dos temores de uma interferência militar no sistema político brasileiro. A integração entre estudantes e artistas em prol da reforma universitária resultou no projeto UNE-volante, caravana que percorria as regiões brasileiras promovendo shows e exposições, apresentando peças teatrais e discutindo questões sócio-econômicas em assembleias. A arte passa a ser utilizada pela UNE como um instrumento de transformação social, como “vanguarda”, estudantes e artistas, vêm em suas ações o compromisso de conscientizar e mobilizar a classe operária, camponesa e o público estudantil em geral.

A agitação política brasileira, os rumores do avanço comunista na figura de Jango e a instabilidade econômica, fortaleceram a ascensão dos militares e de alguns grupos civis – Igreja, burguesia e partidos de direita – em favor da segurança nacional, legitimando um golpe em nome da democracia a ditadura se instalou em 31 de março de 1964.

Uma das primeiras manifestações do governo ditatorial revelou o modelo político assumido pelos militares em prol da doutrina de segurança nacional. Como um grande entrave aos interesses dos novos governantes a UNE deveria ser banida, é o que pode ser observado através do relato de Antônio Mendes Jr. ao apontar o ato dos militares à essa entidade estudantil.

a UNE foi uma das primeiras vítimas do golpe. Com um ódio que demonstrava o quanto ela tinha sido incomodada às classes dominantes, sua sede foi invadida e incendiada. E o prédio do antigo clube Germânia, que a UNE ocupava nos tempos heróicos da luta contra o nazi-fascismo, sofreu no próprio corpo a bestialidade e a ferocidade dos novos fascistas que tomavam o poder.²

O incêndio provocado em 1964, por repressores financiados pelo governo militar, na sede da União Nacional dos Estudantes, localizada na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro, torna-se um símbolo contra a ditadura ao atravessar as fronteiras nacionais por

meio de um projeto de divulgação da União Internacional dos Estudantes (UIE). O ato planejado pelo governo em queimar a sede da UNE, supostamente com o intuito de destruir

² MENDES, Jr., Antônio. *Movimento Estudantil no Brasil*, 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 74

essa entidade e tudo que ela representava ao país, incitou a luta contra o presente regime e que teria uma atuação radicalizada por causa da ilegalidade que a entidade sofrera e que os próximos anos marcariam o confronto armado entre o governo e as esquerdas denominadas “subversivas”.

Os estudantes passaram por momentos de muita repressão após o golpe, entidades foram invadidas e fechadas, líderes foram presos e os que conseguiram escapar exilaram ou passaram a conviver na clandestinidade. Na opinião de Altino Dantas, presidente da UNE nos anos de 1965-66, o novo governo pretendia através da Lei Suplicy³ relegar a história da entidade nacional dos estudantes e sua representatividade mediante o movimento estudantil, na sua concepção o projeto acabou sendo um motivo de luta que propiciou o início da reorganização dos estudantes.⁴

Para resolver os problemas universitários o governo foi buscar a solução nos modelos educacionais norte-americanos. Os acordos MEC-USAID⁵ estavam inseridos numa concepção onde a universidade passava a ser vista como peça fundamental para o avanço da política econômica favorável às grandes empresas⁶. A reforma universitária dos militares não vinha de encontro com as aspirações da UNE, por isso os anos de 1966 e 1967 foram marcados por intensas mobilizações estudantis contra a Lei Suplicy e os acordos MEC-USAID.

O 28º Congresso da UNE aconteceu em julho de 1966 na cidade de Belo Horizonte, apesar das dificuldades que os estudantes tiveram em chegar no local, pois a polícia militar fechou as vias de acesso à cidade mineira, eles elegeram para presidente da entidade José Luis Guedes, estudante de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Durante esse congresso podemos verificar no plano de ação desta gestão, as reivindicações contra

³ Lei de autoria do Ministério da Educação que criou o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) e o Diretório Estadual de Estudantes (DEE) retirando das entidades já existentes - UNE e UEE - suas representações legais.

⁴ SANTOS, Nilton. *História da UNE - volume 1: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. p. 32

⁵ Acordos entre o Ministério da educação e Cultura do Brasil (MEC) e a United States for International Development (USAID) que tinham como objetivos a assessoria norte-americana no projeto de modernização do sistema educacional brasileiro de nível superior.

⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. *A rebelião estudantil: 1968. México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996. p. 74

modelo educacional militar e a ilegalidade da UNE:

Lutamos pela reforma universitária, pela revogação do acordo Mec-Usaid, contra a transformação das universidades federais em fundações particulares, pela escola pública gratuita, pela alfabetização de todo o povo, em todos os níveis. Lutamos pela revogação da lei Suplicy.⁷

O ano de 1968 é considerado para muitos dos ex-dirigentes da UNE como o ápice do movimento estudantil. A morte do estudante secundarista Edson Luís, no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, em março desse mesmo ano mobilizou a sociedade. Sandra Pelegrini aponta que o momento entusiasmou as vanguardas do movimento estudantil⁸, levando-as a acreditar no apoio popular contra o regime militar, assim novas táticas foram desenvolvidas para enfrentar a polícia nas ruas, como subir pela contramão e jogar bolas de gude para derrubar a cavalaria.

Aparentemente até o AI-5⁹, todas as posições de repressão do governo militar estimularam a unidade do movimento estudantil em torno da UNE, mesmo atuando ilegalmente. O que pode ser analisado a partir do final de 1968 são as divergências internas que enfraqueceram a entidade nacional estudantil.

Verifica-se em sua documentação que uma das questões mais debatidas durante as assembleias era a redefinição de novos caminhos na luta contra o sistema de opressão imposto pelos militares, de um lado dissidências que procuravam transformação social através da luta armada e de outro posicionamentos mais pacíficos, com a utilização do diálogo. Alguns dos dirigentes da UNE associaram a grupos de guerrilha após o AI-5, foi o caso de José Genoíno Neto, eleito em 1969 como vice-presidente da entidade, que com suas palavras relata: “eu me retiro da diretoria da UNE e deixo de atuar no movimento estudantil, saindo da cidade para participar do movimento guerrilheiro do Araguaia”.¹⁰

Através da opção pela luta armada, por alguns estudantes brasileiros, num primeiro

⁷ UNE, Plano de Ação para a gestão 1966/1967, 1966. In: SANTOS, Nilton. *História da UNE - volume 1: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. p. 114

⁸ PELEGRINI, Sandra C. A. *A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil*. Londrina: Ed. da UEL, 1997, p. 159.

⁹ Ato Institucional nº 5 decretado pelo governo militar, conferindo maiores poderes ao executivo e radicalizando o regime ditatorial

¹⁰ SANTOS, Nilton. *História da UNE - volume 1: depoimentos de ex-dirigentes*. São Paulo: Livramento, 1980. p. 104

momento, pode-se compreender que o golpe militar provoca na UNE uma redefinição do seu papel como organização social. Na medida que o governo se posiciona mediante as esquerdas “subversivas”, o ideal reformador vai se radicalizando e os instrumentos de luta vão tomando direções opostas.

A idéia dos estudantes como “vanguarda” pode ser analisada a partir dos princípios que a UNE declarava em suas assembleias. Vejamos como isso pode ser compreendido na Declaração de princípios do 28^a Congresso:

Mais uma vez a União Nacional dos estudantes assume a vanguarda do povo na luta contra as forças da opressão... Temos como objetivo a transformação revolucionária da estrutura sócio-econômica do País...Conscientes de nosso papel frente à realidade nacional, conclamamos para uma aliança todos os setores das classes populares, em torno de objetivos comuns. ¹¹

As análises iniciais revelam até o presente momento que o AI-5 representou para as esquerdas a impossibilidade da mobilização popular contra o governo ditatorial, na clandestinidade muitos optaram pela guerrilha. As divergências internas na UNE e a repressão constante fragmentou a representação estudantil em torno dessa entidade, que formada por diferentes facções estudantis teve dificuldades em manter sua unidade.

Assim, muitos dos dirigentes da UNE que assumiram antes do golpe um posicionamento de “vanguarda”, verificaram após 1964 as dificuldades em alcançar as massas - trabalhadores rurais e urbanos - com seus ideais revolucionários, diante das ações anti-democráticas do governo ditatorial. Conforme as lutas iam se tornando mais acirradas, as diferenças entre os vários segmentos que formavam a entidade nacional estudantil ficavam mais nítidas. Portanto pode-se até esse momento, verificar que durante a década de 1960 a representação estudantil vai se transfigurando a partir das mudanças ocorridas no contexto político brasileiro, construindo portanto diversas representações que muitas vezes não estavam de acordo com os ideais da diretoria da União Nacional dos Estudantes.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 115-116